



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL
FACULDADE DE PEDAGOGIA
TIAGO AUGUSTO ASSIS SANTOS

A LUTA DOS CAMPONESES PELA EDUCAÇÃO NO E DO CAMPO

Castanhal – Pará

2018

TIAGO AUGUSTO ASSIS SANTOS

A LUTA DOS CAMPONESES PELA EDUCAÇÃO NO E DO CAMPO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Pedagogia do Campus de Castanhal da Universidade Federal do Pará como requisito parcial para obtenção de título de Licenciado Pleno em Pedagogia.

Orientador (a): Eula Nascimento

Castanhal – Pará

2018

TIAGO AUGUSTO ASSIS SANTOS

A LUTA DOS CAMPONESES PELA EDUCAÇÃO NO E DO CAMPO.

Banca examinadora:

Professor (a)

Professor (a)

Professor (a)

Conceito: _____

Castanhal: ____ de ____ de 201__

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, autor de meu destino, meu guia, socorro presente na hora da angústia. Aos meus pais Raimundo e Elizete, minha irmã Adriana, minha esposa Dayna que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

AGRADECIMENTO

A Deus por me dar saúde e muita força para superar todas as dificuldades.

A Faculdade de Pedagogia e todo seu corpo docente, além da direção, e da administração do CAMPUS DE CASTANHAL/UFPA que me proporcionaram as condições necessárias para que eu alcançasse meus objetivos.

A minha orientadora, Eula Nascimento, por todo o tempo que dedicou a me ajudar durante o processo de realização deste trabalho.

Aos meus pais, por todo o amor que me deram, além da educação, ensinamentos e apoio.

Enfim, a todos que contribuíram para a realização deste trabalho, seja de forma direta ou indireta, fica registrado aqui, o meu muito obrigado!

EPÍGRAFE

É muito melhor lançar-se em busca de conquistas grandiosas, mesmo expondo-se ao fracasso, do que alinhar-se com os pobres de espírito, que nem gozam muito nem sofrem muito, porque vivem numa penumbra cinzenta, onde não conhecem nem vitória, nem derrota.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo geral levantar elementos teóricos sobre educação do e no campo com a finalidade de apresentar dificuldades e avanços alcançados nos últimos anos 2016 a 2018 em nosso país. A metodologia da perspectiva tendo como base os autores dos autores Caldart, Arroyo, Molina, Freire e Damasceno, Schelling, Rosa e Caetano, que foram escolhidos para favorecer o embasamento teórico e bibliográfico, do tema educação no campo. Através dos documentos consultados artigos e livros, site da internet, os resultados obtidos com o estudo sobre a educação do e no campo, foi possível constatar que existe uma ampla necessidade do povo do campo que vivem nas comunidades rurais tem direitos adquiridos no campo uma educação de qualidade, para formar uma conscientização social, dos camponeses, ou seja, surge como um desafio para a consolidação da educação no campo, Para identificarmos os problemas que cercam a questão da educação do campo, buscando uma melhor compreensão de como ocorre o processo de edificação da Educação do Campo, fazendo uma rápida explanação da educação do campo e educação rural, e os desafios encontrados a cerca da concepção ideológica de cada conceito. A pesquisa foi organizada com o intuito de se estabelecer uma reflexão mais ampla do tema educação no campo, na elaboração do trabalho optou se, pela construção de dois capítulos e quatro tópicos, no primeiro explanaremos a concepção de campo e de educação do campo; no segundo abordamos da educação do campo e seus problemas, desafios e perspectivas. Portanto, para compreendermos melhor o conceito de Educação do e no Campo, e a sua importância para o desenvolvimento dos camponeses.

Palavras-chave: Educação do/no campo, Camponeses, desafios, perspectivas, educação no e do campo.

ABSTRACT

The present work has as general objective to raise theoretical elements on education of and in the field with the purpose of presenting difficulties and advances achieved in the last years 2016 to 2018 in our country. The methodology of the perspective is based on the authors of the authors Caldart, Arroyo, Molina, Freire and Damascene, Schelling, Rosa and Caetano, who were chosen to favor the theoretical and bibliographic basis of the subject education in the field. Through the documents consulted articles and books, website, the results obtained with the study on the education of and in the field, it was possible to verify that there is a wide need of the rural people living in rural communities have acquired rights in the field an education of quality, to form a social awareness, of the peasants, that is, it arises as a challenge for the consolidation of education in the field, to identify the problems that surround the issue of rural education, seeking a better understanding of how the process of building the Field Education, making a brief explanation of rural education and rural education, and the challenges encountered around the ideological conception of each concept. The research was organized with the purpose of establishing a broader reflection on the theme of education in the field, in the elaboration of the work, we opted for the construction of two chapters and four topics, in the first we will explain the conception of field and education of the field; in the second we approach the education of the countryside and its problems, challenges and perspectives. Therefore, to better understand the concept of Education in the Field, and its importance for the development of peasants.

Keywords: Education in the field, Peasants, challenges, perspectives, education in the field.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente.

ENERA- Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária.

CF - Constituição Federal de 1988.

CNE- Conselho Nacional de Educação.

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.

PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais.

SUMÁRIO

| | |
|--|---------------------------------------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 18 |
| 1.2 OBJETIVO | Erro! Indicador não definido. |
| 1.2.1 Geral..... | Erro! Indicador não definido. |
| 1.2.2 Específicos | Erro! Indicador não definido. |
| 2 CONCEPÇÃO DE CAMPO E DE EDUCAÇÃO DO CAMPO..... | Erro! Indicador não definido. |
| 2.1 A LUTA DO CAMPONESES PELA EDUCAÇÃO NO E DO CAMPO. | Erro! Indicador não definido. |
| 2.2 O PAPEL DOS EDUCADORES DO CAMPO NA FORMAÇÃO DO SUJEITO RURAL..... | Erro! Indicador não definido. |
| 3 EDUCAÇÃO DO CAMPO: PROBLEMAS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS..... | Erro! Indicador não definido. |
| 3.1 A EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO | Erro! Indicador não definido. |
| 3.2 A EDUCAÇÃO DO CAMPO E SEUS ASPECTOS LEGAIS | Erro! Indicador não definido. |
| 4 METODOLOGIA | Erro! Indicador não definido. |
| 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO..... | Erro! Indicador não definido. |
| 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS | Erro! Indicador não definido. |
| 7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | Erro! Indicador não definido. |
| 8 ANEXOS E/OU APÊNDICES..... | Erro! Indicador não definido.8 |

1 INTRODUÇÃO.

Em nosso país, vivemos em uma época de mudanças, as quais, de forma geral, incomodam, inquietam e exigem novas posturas no contexto da educação, essas mudanças também exigem novas práticas, que demandam das pessoas que moram no campo. Deste modo, o tema abordado a luta dos camponeses pela educação no e do campo, faz relação com a superação da incompatibilidade que fortemente existe entre a cidade e o campo.

Neste sentido, destaca-se desde 1988, a criação da Articulação Nacional de Por uma Educação do Campo, composta por inúmeros protagonistas tais como: educadores/educadoras do campo; Movimentos Sociais Organizados; Universidades; Órgãos de governo municipais; estaduais; federais; Organizações não governamentais; e muitas outras entidades engajadas e comprometidas com lutas e com políticas públicas capazes de garantir e dialogar com a identidade própria da educação e das escolas do Campo.

Neste contexto, passaram a serem observados como integrantes da área educacional outros valores, inclusive a perspectiva de equidade, capaz de contestar a pretensa elevação do urbano, para com o rural. A educação realizada no meio rural passou a ser objeto de novos debates; estudos, nesse novo cenário em que os sujeitos que a compõem, educadores, trabalhadores, camponeses, universidades, movimentos sociais, órgãos governamentais têm papel de fundamental importância nesse panorama. Importante lembrar que, historicamente, a educação voltada para o espaço rural, era objeto de discussão separado dos sujeitos sociais que nela atuam.

Nesta perspectiva, conquista espaço a educação do campo, é hoje amplamente reconhecida como educação do campo, que abrangem os sujeitos sociais presentes neste movimento, ou seja, esse modo novo de pensar tem como orientador a execução do direito de acesso universal à educação e a legitimidade dos processos didáticos localmente significados, relacionados um plano de trabalho a ser realizado tanto no âmbito social quanto econômico, de forma justa e ecologicamente sustentável, com a concretização desse projeto, a Educação do Campo vem lutando para ganhar forças, para a criação, manutenção, ampliação de mais escolas do campo, para garantir que a população e os de crianças, jovens, adultos, idosos possam ter acesso à educação de qualidade. Frente ao conjunto de elementos novos que atualmente estão presentes sobre a Educação do Campo, busca-se nesta pesquisa bibliográfica discorrer sobre o assunto, e na sequência apresentamos os objetivos e a sequência como está dividido.

1.2 OBJETIVO

1.2.1 Geral

Levantar elementos teóricos sobre a educação no e do campo com o artigo no sentido de apresentar as dificuldades e avanços alcançados nos últimos anos em nosso país.

1.2.2 Específicos

- Identificar os problemas de acesso, de qualidade, localização das escolas do campo.
- Apontar às políticas públicas e leis que regem a educação das pessoas que residem no campo.
- Entender progressos e retrocessos obtidos na edificação da Educação do Campo ao passar dos anos no Brasil.

Essa pesquisa foi elaborada para uma maior reflexão sobre o tema a luta dos camponeses pela educação no e do campo. O presente artigo está dividido em 2 capítulos e quatro tópicos, no primeiro explanaremos a concepção de campo e de educação do campo; no segundo falaremos da educação do campo: problemas, desafios e perspectivas.

Ou seja, a educação tem o poder de despertar interesse de um indivíduo para resolver os problemas da sociedade em que ele está inserido, justamente por esse motivo, se as prioridades de um país estiverem voltadas para a educação, contribuirá cada vez mais para o progresso e desenvolvimento social, político, econômico e tecnológico do Brasil.

A educação do campo foi consolidada no ano de 2002, quando foi aprovado, pelo Conselho Nacional de Educação, da Resolução nº1 de 3 de abril, que designou as Diretrizes Operacionais da Educação Básica nas Escolas do Campo, representou uma conquista política importante para Movimento Nacional de Educação do Campo. Mostrando que não se pode mais ficar apático diante desse movimento de renovação pedagógica existente, no que se diz respeito à educação do campo, com a finalidade de conseguir melhores espaços escolares, e garantindo o acesso à educação, cooperando para a conservação dos jovens no meio rural. Bem como disposto no Decreto nº 7.352, afirma que a Escola do Campo é aquela situada em área rural ou área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo, nos últimos anos a educação no campo tem sido objeto de novas pesquisas e vem ganhando destaque em todo o país, devido às grandes adversidades existentes em todas as regiões, no que se refere ao tema Educação do Campo.

2 CONCEPÇÃO DE CAMPO E DE EDUCAÇÃO DO CAMPO.

A concepção de campo foi definida e impressa na história, com o surgimento de inúmeros movimentos sociais do final do século XX, utilizando como modelo o conhecimento do povo do campo e suas raízes culturais, de grande valor que são diretamente relacionados à vida do campo e seus costumes de trabalho na terra.

No entanto, no que se refere à concepção da luta dos camponeses pela educação no e do campo, é preciso enfatizar no que diz respeito ao rural podemos definir como uma visão burocrática e política, que representa uma expectativa política de informações e documentos oficiais, que fizeram menção ao povo do campo como pessoas que precisavam de amparo, para sua defesa, a questão relacionada ao rural, para muitos a vida rural, era tida como um ambiente de reducionismo econômico, e não como um lugar que poderia ser construído de trabalhos e rico em saberes multi culturais.

O povo do campo está caracterizado, pela maneira que os mesmos trabalham e coordenam suas atividades, e na utilização da mão de obra dos componentes da linhagem, transmitindo a eles cultura e a importâncias que valorizam cada vez mais as relações domésticas dentro das famílias e comunidade em geral que moram no campo.

De acordo com a visão de SCHELLING, (1991, p.32) afirma que:

O homem não só se adapta ao mundo, como também o transforma. Essa transformação ocorre em dois níveis: em primeiro lugar no nível da interação do homem com a natureza e como ser da natureza, modificando o ambiente natural com o uso de ferramentas. Ocorre também no nível da consciência, da interação comunicativa entre os indivíduos e sua organização social (SCHELLING, 1991, p.32).

De acordo com a visão da autora, a concepção de campo está longe de algumas características em que os sujeitos são rotulados, por residirem no campo e pelo seu trabalho desgastante de cultivar a terra. No entanto os aspectos da educação do campo se proferem a um plano político e econômico, para que as pessoas que vivem no campo, possam se desenvolver sustentavelmente, contribuindo para o interesse e o bem estar de todos os povos que residem e trabalham no campo.

“A educação rural, hoje em dia conhecida como educação do campo, era predominantemente vista como algo que atendia a uma classe da população que vivia num atraso tecnológico, subordinado, a serviço da população dos centros urbanos” (ROSA; CAETANO, 2008, p.23). É necessário ressaltar que o ser humano, tem garantido por lei seus direitos à educação, contribuindo para o desenvolvimento no meio social que esta inserida, para que os mesmos

possam fazer valer seus direitos a exercer direitos e deveres de cidadão. A Constituição Federal de 1988, (CF) no artigo 6º preconiza: “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, moradia, o lazer, segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (grifo nosso) (BRASIL, 1988), quando falamos em do campo, esta claramente relacionada com a necessidade de que a população que mora no campo, tenham os mesmos direitos à educação, contribuindo com o desenvolvimento do nosso país.

Ao refletirmos sobre a concepção de educação do campo, podemos enfatizar que este modelo de educação, acontece nos ambientes chamados de campo ou áreas rurais, ou seja, está modalidade faz referência a todos os conjuntos educacionais que sejam executados nas áreas rurais, em todos os aspectos de trabalhos existentes de um país. Como por exemplo, os setores agropecuários, caiçaras e extrativistas, das minas, e agricultura, o setor pesqueiro, e os ribeirinhos, a educação do campo também abrange os vilarejos dos quilombos, assentados e os povos indígenas brasileiros.

Para que a educação do campo atinja o propósito de educar no meio rural ou no campo, é necessário uma proposta pedagógica que leve em consideração diversos fatores que se fazem presente nos espaços rurais, adequando e compreendendo que essa população é rica de conhecimentos e culturas, e que isso tudo deve ser levado em consideração pelo educador que for atuar na transição de conhecimentos para esses determinados grupos de pessoas, quando falamos em educação no campo podemos perceber grandes fragilidades, no que se refere à educação do e no campo.

Como é defendido pelos autores Arroyo, Caldart e Molina 2005, p. 15, que “os povos do campo têm uma raiz cultural própria, um jeito de viver e de trabalhar diferente do mundo urbano, e que inclui distintas maneiras de ver e de se relacionar com o tempo, o espaço, o meio ambiente, a comunidade, o trabalho e a educação”. No entanto, para podermos entender o conceito de educação do campo, precisamos nos apropriar de dados históricos, citando questões de extrema relevância no que diz respeito ao modelo capitalista hoje vivenciado, uma vez que, estamos em um mundo cada vez mais competitivo, sendo assim, “A Educação do Campo é caracterizada como o resgate de uma dívida histórica do Estado aos sujeitos do campo, que tiveram negado o direito a uma educação de qualidade.” Diretrizes curriculares da Educação do Campo 2006 (SEED).

O governo pouco se atentava no que diz respeito à educação rural, por ser trabalho braçal, não necessitava de mão de obra qualificada. Porém, houve com as melhorias e avanços no setor primário. As exigências já não são mais as mesmas, assim, requer qualidade

profissional, com isso, foram criados projetos educacionais para o setor agrário com o objetivo de que esse indivíduo do campo passe por um processo de aculturação, para que tais indivíduos atendam a essas novas cobranças do setor primário com relação à economia.

2.1 A LUTA DOS CAMPONESES PELA EDUCAÇÃO NO E DO CAMPO.

A luta dos camponeses pela educação no e do campo, mostra a parte fundamental de um povo camponês, ao enfrentarem situações difíceis ao seu redor, partindo de um contexto histórico podemos apontar a questões de luta dos camponeses que vivem no campo, para que todos tenham seus direitos garantidos, e principalmente o direito à educação. Mesmo com a luta para garantir esses direitos, os mesmos nem sempre são respeitados, e às vezes são deixados de lado por falta de iniciativas do poder público, as leis estão no papel estão dando esse amparo de legalidade, mas os políticos pouco fazem, para que a educação do campo seja ofertada no campo mesmo, com escolas de boa qualidade, e educadores capacitados.

A Educação do Campo, erguida em um ambiente de lutas dos movimentos sociais e sindicais do campo, é traduzida como uma concepção político pedagógica, voltada para dinamizar a ligação dos seres humanos com a produção das condições de existência social, na relação com a terra e o meio ambiente, incorporando os povos e o espaço da floresta, da pecuária, das minas, agricultura, os pesqueiros, caçaras, ribeirinhos, quilombolas, indígenas e extrativistas.

As políticas públicas devem perfilhar a educação do povo do campo como projeto cultural de desenvolvimento de todas as dimensões, conservando as verdadeiras necessidades a respeito da educação do campo, garantindo processos de inclusão a partir dos parâmetros igualitários de acesso à educação fortalecendo da identidade social e cultural dos povos do campo.

Segundo CALDART, (2010, p. 64), ressalta que:

A Educação do Campo nasce da luta social dos camponeses, o MST, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, a partir da necessidade dos acampados e assentados, que carecem de educação, mas não da educação que conforma os trabalhadores a uma lógica que é de sua própria destruição como classe, como grupo social e cultural, como humanidade, (CALDART, 2010, p. 64).

Para a autora, significado da educação para os movimentos sociais do campo, defendido pelo MST, originou se, com o trabalho grupal com a intenção de encarar os problemas de produtividade e amenizar a questão do analfabetismo dentro dos assentamentos, ou seja, na

visão dos coordenadores do movimento a questão da educação do campo é tão importante para o desenvolvimento do seu povo, quanto à luta pela tão sonhada reforma agrária.

No entanto, o MST modificou inteiramente seus princípios, passando de “revolucionário” para uma posição mais conservadora e reformista, por meio do PRONERA, Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. Esse programa foi criado no ano de 1998, pelo então presidente da época, Fernando Henrique Cardoso, para tentar calar a boca dos movimentos sociais que lutavam por uma educação do campo.

A Educação do Campo demonstra o efeito da edificação coletiva de uma concepção educacional de lutas, anseios e conhecimentos distintos dos movimentos sociais do campo, transformando a, em uma política que reconhece e valoriza a variedade dos diferentes povos, garantindo aos sujeitos do campo uma educação repensada, que envolva o seu lugar e a sua participação, atrelada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais.

Na visão de (MARTINS, 1995; RIBEIRO, 2010 apud PIRES, 2013, pg. 58).

A palavra camponesa não significa apenas um nome, mas também o seu lugar social, pretendendo ser também a designação de um destino histórico. Expressa uma conotação política de classe, de enraizamento histórico das lutas camponesas e de unidades dessas lutas. (MARTINS, 1995; RIBEIRO, 2010 apud PIRES, 2013, pg. 58).

No entanto, com base na colocação da autora ao citar outros autores renomados, nos leva refletir ao longo da história que a educação do campo defendida pelos camponeses, permitiu não só um estudo mais detalhado do tema em pauta, mas a compreensão de alguns programas de caráter pedagógicos, que verificassem as reais possibilidades, para a concretização da educação do campo, no campo para que os camponeses residentes nos campos brasileiros tivessem acesso à educação de boa qualidade. Essa luta busca a superação da exploração enfrentada por toda a população do campo.

Os educadores do campo devem buscar a vontade de mudança dos educandos, devem ensinar no campo para que seus alunos cresçam e se superem, não para abandonar o meio rural e suas causas, mas para crescer dentro desse meio e lutar por essa causa. Um ensino que permita a assimilação e o conhecimento da sua realidade camponesa, atendendo as expectativas e necessidades destes, e, sobretudo que seja um ensino de categoria, que institua políticas sociais, econômicas e culturais para a sociedade.

Deste modo, os movimentos sociais da educação do campo levanta uma proposta de educação que objetiva modificar o homem do campo, no meio rural brasileiro, para que os mesmos possam ter seus direitos à educação respeitada, sem perderem suas essências

culturais, para que os mesmos, não sejam explorados por grandes latifundiários, e assim poderem desfrutar de uma melhor qualidade de vida no campo, sem que aja a necessidade de deixar o campo no sonho utópico de uma vida melhor na cidade grande.

2.2 O PAPEL DOS EDUCADORES DO CAMPO NA FORMAÇÃO DO SUJEITO RURAL.

No Brasil, uma grande parte dos educadores não está e não são preparados para atuarem na educação do campo e na formação do sujeito rural, ou seja, trazem consigo em sua bagagem curricular, um mundo totalmente alheio ao que se refere à educação do campo. No entanto, para que esses educadores que aceitam o desafio de trabalhar com a educação do campo, conseguirem desenvolver um bom trabalho, é necessário que este interaja com o povo do campo, para conhecer um pouco mais dos seus costumes e culturas, e assim construir um plano curricular modificado, que possa se adequar as necessidades do povo do campo, contribuindo de maneira positiva na formação do sujeito rural.

Deste modo, o rural e o urbano têm natureza de vida distinta, sendo indispensável uma visão pedagógica diversificada como forma de respeito e valorização ao espaço agrário. No decorrer do tempo essas diferenças vão sendo trabalhadas, e vão ficando mais acessível à superação das subversões, eliminando as discriminações e superstições próprias do ensino rural.

Para CALDART, (2004, p. 391) diz que:

Nesse sentido é que se pode observar como vai sendo consolidada, em nosso tempo, uma tendência de passar a exigir da escola que se preocupe com a formação de valores, com a educação para a democracia, com uma pedagogia da práxis, exatamente com a preocupação da degradação do ser humano que se observa na sociedade atua, a qual, se não foi provocada pela escola ou mesmo pela educação, não pode prescindir delas para realizar o contraponto, e da própria luta social, para que a sociedade assuma outros contornos. Se essa luta vai se configurar como revolucionária, não dependerá da escola, mas dos sujeitos sociais que assumirem, e que então a escola estará ajudando a se formar. (CALDART, 2004, p. 391).

Deste modo, o sentido da relação estabelecida entre o educador e sujeito é fundamental na formação de consciência crítica sobre a economia, política, a maturação para o trabalho nos campos brasileiros. O educador não pode esquecer que para que seu papel como educador do campo seja de fato reconhecido, ele precisa entender que da mesma maneira que vai ensinar aos camponeses, ele também vai aprender e amadurecer com o rico conhecimento que lhe será repassado pelos sujeitos rurais em sala de aula, com direito de definir seus próprios caminhos, seus interesses, aquilo que acham pertinente aprender em concordância com sua cultura, suas

lutas e seu habitual. “A formação das educadoras e educadores é o centro dessa proposta, pois não há escolas no campo sem a formação dos sujeitos sociais do próprio campo, que assumam e lutem por esta identidade e por um projeto de futuro”. (CALDART, 2001, p. 66).

Na concepção da autora, o educador que trabalha nas escolas do campo encontra problemas para apreciar a realidade localidade onde o mesmo vai atuar, especialmente em conservar os saberes tradicionais, pois muitos desses educadores são sujeitos urbanos, com formação urbana não trabalhada para atuar no meio rural. Com o passar dos anos muito tem se discutido muito sobre a educação do campo, para que as escolas do campo tenham sua própria essência deixando de ser apenas uma cópia das escolas urbanas. O papel da escola vai muito além da difusão de conhecimento de ensino e valores a escola deve priorizar a troca de saberes tendo presente às relações do homem em sociedade.

“O saber social é um saber gestado no cotidiano do trabalho e da luta camponesa, é a expressão concreta da consciência desse grupo social; um saber que é útil ao trabalho, aos enfrentamentos vividos cotidianamente pelos camponeses” (DAMASCENO, 1993, p.55).

Ou seja, vai existir uma troca de saberes multiculturais entre educando e educador, tornando de extrema necessidade políticas públicas que impulsionem a edificação de escolas nas comunidades rurais e acampamentos, com educadores comprometidos a levar um ensino de boa qualidade, desmitificando que só se encontra uma educação de qualidade, nos grandes centros urbanos, para que não haja uma desvalorização da vida do campo. A educação do campo no papel dos educadores para a formação do sujeito rural tem que ser uma ferramenta que estimule os sujeitos a pensar e agir com suas próprias convicções, sem perderem sua identidade, e sua cultura.

3 EDUCAÇÃO DO CAMPO: PROBLEMAS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS.

No que se refere à educação do campo, são inúmeros os problemas que circundam a questão da educação, é possível afirmar que a educação do campo necessita de intervenções o mais rápido possível para garantir o direito a educação do povo que vivem e trabalha no campo. Os problemas da educação do campo, podemos destacar a política de educação elaborada no Brasil sob o intermédio dos Parâmetros Curriculares Nacionais, (PCNs) que desconsidera a importância da elaboração de um projeto com políticas de desenvolvimento voltadas para as escolas existentes nas comunidades rurais do nosso país.

Deste modo, o desinteresse do poder público em ofertar condições favoráveis para que seja desenvolvido no campo um ensino de qualidade para a população camponesa, a falta de escolas adequadas e profissionais preparados para atuarem em sala de aula nas áreas rurais,

existir escolas nas áreas do campo não é suficiente para sanar os problemas da educação do campo na zona rural brasileira.

Para que isso realmente aconteça, é preciso dar condições adequadas de desenvolvimento direcionadas ao interesse das pessoas do campo, proporcionando currículos adequados à realidade, dos alunos, em conjunto com educadores técnicos atuando dentro das escolas do campo, executando um trabalho direcionado a realidade das famílias do campo, colaborando para uma melhor qualidade de vida dessas famílias brasileiras residentes no campo.

Neste sentido BRASIL, (2006P. 33) afirma que:

Queremos políticas públicas de educação do campo que garantam desde a pré-escola até o acesso e permanência na Universidade. E que a escola seja do Campo e no Campo, que os processos pedagógicos as práticas dos professores e trabalhadores da educação em relação a população, atendam as características camponesas e não urbanas. Para isso a importância de ter educadores / profissionais do próprio campo. Entendemos que os/as educadores/as são mais que professores, e a escola é mais do que escolarização. Uma construção pedagógica onde os educadores tenham tempo e as condições necessárias para se construir educadores com identidades camponesas. (Brasil, 2006 p.33).

Contudo, o autor nos mostra que, grande parte dos problemas relacionados a Educação do Campo, não aparecem apenas na falta de um plano de educação apropriado à realidade, dos camponeses, para que estes problemas sejam amenizados, faz se necessário um projeto de conexão que permita, ao povo do campo, opções de desenvolvimento sustentável, que possam contribuir de forma direta para amenizar o colapso de abandono, quando nos referimos a educação do campo em nosso país.

Nosso país é voltado para um modelo de desenvolvimento capitalista, caracterizado por altos índices de exclusões e distinções sociais. Assim, ao abordarmos a questão da população existente na zona, atualmente denominada de campo, ainda surge o pensamento equivocado de uma população atrasada, sem educação.

Neste sentido, faltam políticas públicas para melhorar a Educação do Campo, ou seja, o desafio é árduo, mas se o poder publico estiver disposto a colaborar e interagir com projetos de aperfeiçoamento no que diz respeito a educação do campo, poderá colaborar de forma expressiva na vida dos camponeses, ofertando lhes o direito de opinarem civilmente na sociedade onde estão inseridos resgatando suas memórias, sua história e a cultura, que através da educação do campo, visando sempre uma melhor qualidade de vida desses camponeses, surgindo à necessidade de refletir um modelo de escola que pudesse ajudar os agricultores. Jesus (2004, p.54) diz: "A escola, ao invés de contribuir para valorizar o homem do campo e

fazer com que ele pudesse conhecer melhor seus problemas, estimulava os jovens a deixarem a terra, promovendo assim, o êxodo rural”.

Outro grande desafio no que diz respeito à educação do campo, e o ambiente escolar, a maioria das escolas situadas na zona rural, não tem uma infraestrutura adequada para receber os alunos, a falta de estrutura nos estabelecimentos de ensino e em seu entorno e a carência de projetos políticos-pedagógicos elaborados a partir da realidade do campo são problemas apontados pelos movimentos sociais, trabalhadores da educação e reconhecidos pelos governos, que na maioria das vezes nada fazem para reverterem esse quadro de precariedade na questão da educação do campo.

A respeito das perspectivas esperamos que o poder público de mais atenção a questão da educação do campo, dando condições para que a educação do campo seja cada vez mais trabalhada com o intuito de adequação ao que diz respeito as reais necessidades do povo do campo, com a elaboração de projetos voltados a educação do campo, para que os jovens recebem no campo mesmo um ensino de qualidade com profissionais capacitados, condições mais dignas de aprendizagem dentro das comunidades rurais, sem que aja a necessidade de partirem para a zona urbana em busca de uma melhor educação.

3.1 A EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO

A educação do/no campo nos últimos anos está sendo repensada, pelos articuladores das políticas educacionais no Brasil, passando a ser vista como uma proposta educacional interlaçada com a linguagem cultural do povo do campo, para ser desenvolvida por todos abrangendo toda a comunidade rural, na qual os camponeses tenham direito de expressar seus anseios e necessidades dentro das salas de aulas e escolas, devidamente instaladas no campo. Quando falamos em educação do campo, percebemos a grande urgência da elaboração de políticas públicas, para garantir o direito os camponeses, a uma alfabetização de qualidade, reduzindo o analfabetismo do campo.

Garantindo o acesso de todos a uma escola pública, de qualidade, da educação infantil até o ensino médio, em conjunto com a comunidade camponesa, estruturas democratizadas abrangendo o conhecimento de todos, para que os camponeses possam tomar decisões em conjunto com a direção e os coordenadores nas disposições e políticas publicas da escola atuando também como fiscalizadores dos recursos destinados a escola, garantindo assim sua aplicabilidade na melhoria das escolas rurais nos interiores do Brasil.

Quando estudamos sobre a educação do campo, é indispensável discutirmos sobre a questão econômica e geopolítica dos camponeses, que são parte integrante dos falsos

discursos sobre a melhoria da educação, com a elaboração de planos pedagógicos, que supostamente vão beneficiar centenas de escolas espalhadas pelos campos brasileiros. No entanto, é necessário rever estas novas articulações para a implantação definitiva de uma educação do/no campo, ainda está longe de atenderem as necessidades esperadas pelo povo do campo no que se refere à educação do/no campo.

Contudo, é preciso entender o conceito de educação do/no campo, a educação do/no campo são aquele modelo de educação que são desenvolvidas nos ambientes das áreas rurais, fazendo referência aos lugares educacionais, que se encontram no meio rural, atingindo todas as classes de comunidades nele existente, levando em consideração as inúmeras adversidades encontradas nos espaços rurais, considerando as particularidades de cada lugar, e os costumes que já existentes do local.

Como salienta FREIRE, (1980, p. 35), ele diz que:

O homem chega a ser sujeito por uma reflexão sobre sua situação no seu ambiente concreto, a Educação do campo assume como um dos princípios a preocupação com a realidade dos educandos, com a realidade camponesa, como ponto de partida e base curricular da educação. Diante dessa preocupação nos perguntamos o que é realidade? Como é a realidade no cotidiano da vida no campo nos assentamentos? Como é o trabalho desenvolvido pelos jovens e adultos dos assentamentos? Como é o cotidiano dos camponeses e camponeses? Como a educação trabalha a realidade dos camponeses? (FREIRE, 1980, p. 35),

De acordo com o autor, para que possamos entender a realidade em que o outro está inserido, e necessário observar com inteligência as informações da realidade em que determinada sociedade está inserida. A concepção da realidade na educação do/no campo nos envia para a captação da vida diária dos camponeses. Segundo Caldart (2004, p. 17), um “processo de construção de um projeto de educação dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, gestado desde o ponto de vista dos camponeses e da trajetória de luta de suas organizações”.

Conhecer a realidade da vida dos camponeses e das camponesas é a relação que eles/as desenvolvem com a terra no seu cotidiano, é fundamental, para uma melhor percepção, de intuição, de sensações, de concepções, da realidade de um indivíduo ou do grupo de indivíduos como um todo para uma melhor compreensão de seus hábitos e costumes.

Deste modo, no que se refere à educação do campo, podemos observar que muito se fala e se aplica na prática educacional, esse tema educação do/no campo surgiu como probabilidade de um avanço na questão da educação do campo, com a expectativa de grandes transformações de todas as práticas vividas pelo povo do campo, buscando uma melhor adequação ao seu modo de vida.

No entanto, as mudanças na aprendizagem da educação do/no campo, ainda estão longe de se adequarem com a realidade dos alunos das áreas do campo, ou seja, a educação em sua totalidade ainda é pensada sob os interesses de uma classe elitista, que usa de forma vergonhosa as propostas de transformação na educação do campo, como manobra para alcançarem os interesses dos grupos que atuam no poder, deixando de lado os anseios do povo do campo por uma educação de qualidade nos campos do nosso Brasil.

3.2 A EDUCAÇÃO DO CAMPO E SEUS ASPECTOS LEGAIS

A educação do campo em seus aspectos legais busca informações, no que diz respeito à situação da educação do campo e como é feito o amparo legal por parte dos governantes, para que o povo do campo possa ter o direito à educação de qualidade, com escolas estruturadas e profissionais capacitados, que contribuam para o desenvolvimento dos saberes do povo do/no campo.

Nesse sentido, é necessário estabelecer uma conscientização social, surge como um desafio para a concretização da educação do/no campo, deixando a desejar profissionais da educação capacitados, que possam contribuir para construção de conhecimentos. Isso ocorre na maioria dos casos por causa do não conhecimento das Diretrizes Operacionais que visam uma educação do/no campo e do que está disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, esse não conhecer dos profissionais da Educação do Campo, coloca em risco os projetos para a elaboração de uma educação do campo de qualidade, valorizando os direitos dos camponeses a uma educação do/no campo de qualidade, comprometida com a formação de valores das crianças e jovens e adultos que frequentam essas escolas.

De acordo com algumas reflexões acerca de garantir o direito das crianças, jovens e adultos a uma boa educação nas áreas rurais, bem como se dá o entendimento do (ECA) Estatuto da Criança e do Adolescente, que os educandos que estudam em escolas classificadas como do campo, recebem uma educação do educando não preparado, que não respeita a identidade do campo e muito menos trabalham a pedagogia da educação do campo.

Na visão de CALDART, ARROYO & MOLINA, (2004) eles afirmam que:

Essa desinformação ou desconhecimento atinge tanto os educadores como os gestores escolares e educacionais. Além disso, algumas questões nos ajudam nesse debate: Como se dá a produção do conhecimento no meio rural? Os educadores estão preparados para atuar no campo? A sua formação contempla a diversidade do campo? Quais são as tensões decorrentes do fato da formação dos educadores ser predominantemente urbana?(CALDART, ARROYO & MOLINA, 2004).

Na concepção dos autores, essa educação do campo, ofertada para o campo, na maioria das vezes não está adequada às necessidades dos camponeses e por varias vezes são questionadas pelos docentes que não conseguem identificar uma proposta pedagógica de fato voltada as necessidades reais de aprendizagem dos camponeses, sem contar que na maioria dos casos os docentes não estão aptos a trabalharem com a educação do campo, e nem na formação de valores dos indivíduos.

Com a publicação da ECA e a implantação de varias legislações nas federações brasileiras as educações do campo com as intervenções dos movimentos sociais conseguiram varias conquistas uma delas foi o Decreto presidencial de 04 de novembro de 2010 e o pronacampo, que faz referência às pessoas que moram nas áreas rurais, dando lhes garantias a educação do/no campo, ainda é possível verificarmos uma deficiência na educação do campo com a formação de educadores para trabalharem nas salas de aulas e proporcionar uma educação do campo de boa qualidade aos camponeses residentes nas áreas rurais.

Diante desta problemática os docentes e gestores começaram buscar referências nos livros didáticos que possam auxiliar na elaboração dos Programas Pedagógicos, acatando as necessidades reais de aprendizagem da educação do campo.

O artigo 28º da LDB (BRASIL, 1996) esclarece à necessidade de uma renovação adequando à realidade escolar das comunidades rural. Vejamos:

Art. 28º. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Parágrafo único. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar (Incluído pela Lei nº 12.960, de 2014) (BRASIL, 1996).

O artigo 28º da LDB traz em suas linhas novidades sobre o estado das escolas do campo, hoje em dia, as escolas localizadas no campo, não podem ser fechadas sem antes consultar aos órgãos reguladores como o Conselho Municipal da educação de cada município, em conjunto com a comunidade escolar, Secretaria da Educação do Estado, ou seja, com uma justificativa do porque da finalização das atividades daquela escola.

No entanto, nos dias atuais, depois da promulgação desta lei, as autoridades não podem fechar as escolas rurais a qualquer hora, para que o povo do campo não saia prejudicado com o encerramento das atividades escolares em sua comunidade. As primeiras lacunas, no que fazendo referência à educação do campo, que foi discutido e defendido no ano de 1997, no primeiro Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária o chamado ENERA, que discutiu e passou a considerar indispensável à formação dos profissionais da educação para atuarem na educação do campo na zona rural. No entanto com o decreto nº 7.352, de novembro de 2010, dispõe sobre a política de educação do campo e o programa Nacional de Educação na reforma Agrária, o Pronera.

Deste modo o Presidente da República no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI alínea “a”, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e no art. 33 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, decretou que:

Art. 1º A política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e o disposto neste Decreto.

Este decreto em seus artigos e incisos assegura os direitos e princípios da educação do campo, e a extrema necessidade de projetos políticos pedagógicos que assegurem a formação de profissionais, de condições de ensino e espaços adequados para construção das escolas do campo de qualidade para que os camponeses recebam uma educação diversificada e adequada a realidade dos camponeses do nosso Brasil.

4 METODOLOGIA

Para a elaboração deste referencial, foi elaborada uma ampla pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativo, com embasamento teórico levando em consideração o posicionamento de alguns autores renomados no que se refere ao tema educação do campo, passando pelos textos que fazem referência a educação do e no campo, levando em consideração as concepções de campo e de educação do campo, entre seus desafios lutas e perspectivas e aspectos legais, para que fosse possível fazermos uma reflexão sobre as questões que envolvem a educação do campo.

Além de vários autores consultados, a pesquisa realizou-se tanto nas bibliotecas das universidades públicas quanto particulares que disponham de textos que retratavam a luta pela educação no campo também foram usados como fontes artigos da internet para completar o

entendimento do tema aqui apresentado. Também foram usadas informações contidas na trajetória do Movimento dos trabalhadores rurais.

Segundo CALDART (2004, p. 16)

As dificuldades de acesso à educação no campo resultam de um processo econômico, social, cultural e de políticas educacionais em nosso país, que deixou como herança a precariedade no funcionamento das escolas rurais, a infraestrutura, a má formação dos professores e professores formados no meio urbano que não sabe das especificidades do meio rural, os espaços físicos inadequados, entre outros fatores. (CALDART 2004, pg. 16)

De acordo com Caldart, para uma educação de qualidade nas áreas rurais do nosso país, a educação deveria priorizar a formação do indivíduo, desta forma a educação do campo tem que ser uma educação voltada a de uma determinada sociedade do campo, buscando o anseio por transformações dos alunos contribuindo para sua aprendizagem formando nesses alunos uma consciência crítica e política, a construção desta pesquisa tem como o objetivo pesquisar as necessidades da Educação do e no Campo, com a concretização de políticas públicas que possam priorizar a Educação do campo por meio de uma pedagogia diversificada, que possa ser adequada à realidade dos camponeses.

Ou seja, os desafios da educação do campo, como por exemplo, a falta de educadores capacitados e salas de aulas adequadas para realização das aulas, para a edificação novos caminhos para a educação do campo realmente aconteça nas áreas rurais, para que isso aconteça é preciso fazer uma revisão metodológica na aplicação dos conteúdos na educação do campo.

De acordo com Caldart, “devemos refletir sobre as propostas de educação com métodos diferenciados na questão de aprendizagem facilitando a adequação e compreensão dos camponeses”. Verificando, a biografia de vida dos indivíduo envolvidos na pesquisa, procurando consecutivamente uma inovação no modo de ensinar, ajustando se ao próprio modelo tradicional gradativamente dos conteúdos aplicados em sala de aula na educação do campo. Portanto, a educação do campo, deve ser elaborada, garantindo uma educação de qualidade para as comunidades rurais.

Nesse sentido CALDART, (2004, p.3) diz que:

Não se trata de 'inventar' um ideário para Educação do Campo; isso não repercutiria na realidade concreta [...] e nem seria uma verdadeira teoria. O desafio que temos, enquanto sujeitos que colocaram esta 'bandeira em marcha', é de abstrair das experiências, dos debates, das disputas em curso, um conjunto de ideias que possam orientar o pensar (especialmente dos educadores) sobre a prática de educação da

classe trabalhadora do campo; e, sobretudo, possam orientar e projetar outras práticas e políticas de educação (CALDART, 2004, p.3).

Segundo a autora, é preciso conhecer os desafios a serem trilhados para que a educação do campo seja concretizada, repensando o papel do educador e o papel da escola, mediante as discussões a serem adotadas na aplicação da educação do campo.

Assim ao logo da produção desse trabalho foi possível compreender que para que a educação possa ser ofertada com qualidade faz se necessários grandes ajustes modelo tradicional nos programas educacionais voltados a educação do campo, como por exemplo, podemos citar o Programa de Educação no Campo (Pronacampo), que procura ampliar o acesso e a qualificação da oferta da educação básica e da educação superior para as populações daquelas áreas. As leis para a educação do campo são bastantes avançadas falta colocar em pratica com seriedade e recursos econômicos.

De um modo geral, destacando a educação do campo que por muito tempo é esquecida e abandonada pelo poder publico, mesmo com a existência de uma legislação que garanta o acesso dos camponeses a um bom ensino com qualidade, quase nada é feito para que esse ensino e os direitos dos moradores do campo ao acesso a educação do/no campo sejam realmente de boa qualidade visando uma melhor qualidade de vida sem que haja necessidade de migração para as zonas urbanas atrás de uma melhor educação e qualidade de vida.

O estudo foi realizado pautado em artigos e textos científicos com fundamentação teórica voltada as observações dos autores especialistas Caldart, Arroyo, Molina, Freire, Damasceno, Schelling, Rosa e Caetano, que foram de grande importancia para a melhor compreensão do tema abordado, educação do e no campo. O procedimento adotado na elaboração deste trabalho se deu com investigação bibliográfica em livros e textos e artigos consultados pela internet, e fundamentação teórica, a elaboração do tema abordado ocorreram em um primeiro momento com a vontade de entender o processo de educacional das comunidades localizadas no campo.

No entanto a análise de dados será feita mediante o que foi estudado e observado durante todo o processo de leitura com base na bibliografia utilizada na construção desse trabalho que contribuiu para o nosso enriquecimento acerca do tema abordado educação do campo. Assim compreender o processo árduo das lutas para que a educação do/no campo seja concretizada contribui para o desenvolvimento cultural e social dos povos do campo, valorizando o seu trabalho, seus conhecimentos sua historia de vida e sua relação com a natureza.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.

Nesta parte do trabalho apresentamos os resultados da discussão do tema abordado Educação do e no campo, no que se refere à discussão do tema em questão, foi possível observar a partir do posicionamento dos autores Caldart, Arroyo, Molina, freire e damasceno, Schelling, Rosa e Caetano, que ainda existe uma ampla necessidade do povo do campo, que residem nas comunidades rurais, lutarem juntos por uma educação do e no campo de qualidade, voltada para a interação.

No entanto, para a consolidação da educação do e no campo, são necessário profissionais da educação capacitados, que possam contribuir para construção de conhecimentos. Observamos também que umas das grandes dificuldades é a questão da capacitação dos educadores para atuarem na educação no campo e a questão da estrutura dos ambientes escolares que em grande parte são de péssima qualidade e deixa a desejar tanto na questão da qualidade do ensino quanto na proposta de elaboração de projetos políticos que beneficiem a educação do e no campo.

Na visão de CALDART, (2004, P. 4) ela afirma que:

São propostas fundamentais na construção do projeto político pedagógico da educação do campo: a formação humana vinculada a uma concepção de campo, a luta por políticas públicas que garantam o acesso universal à educação, um projeto de educação dos e não para os camponeses, os Movimentos Sociais como sujeitos da Educação do Campo, um vínculo com a matriz pedagógica do trabalho e da cultura, bem como a valorização da formação dos educadores e a escola como um dos objetos principais da educação do campo. (CALDART. 2004, p.4)

Segundo a autora, é fundamental debatermos sobre a questão dos camponeses, que são parte integrante dos falsos discursos sobre a melhoria da educação, com a elaboração de projetos políticos pedagógicos que vão beneficiar centenas de escolas espalhadas pelos campos brasileiros.

Também foram observados que a educação do e no campo é amparada por varias leis e diretrizes, mas mesmo com esse amparo da legalidade ainda existem inúmeras barreiras a serem vencidas pela população que reside nas áreas rurais, a modificações na educação do e no campo, estão longe de se ajustarem com a realidade dos educandos do campo, partindo do ponto em que a educação ainda é elaborada de acordo com interesses da classe elitista, deixando de ser formuladas com metodologias que se adéquam as necessidades dos camponeses de receberem uma boa educação do e no campo.

Deste modo, faltam políticas públicas para a Educação do Campo, ou seja, um, desafio intenso aos governantes estiverem preparados para interagir com projetos de aperfeiçoamento

no que diz respeito à educação do campo, poderá colaborar de forma expressiva na vida dos camponeses, ofertando lhes o direito de opinarem civilmente na sociedade onde estão inseridos resgatando suas memórias, sua história e a cultura, através da educação do campo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve como objetivo geral elaborar uma pesquisa de cunho bibliográfico, da educação do campo com intuito de mostrar as dificuldades e avanços da educação do e no campo, e como aconteceu o seu desenvolvimento nos últimos anos em nosso país, e as leis que regem a educação do campo, analisando, seus progressos e retrocessos no que se refere à educação do campo.

A indispensabilidade da Educação do/no Campo, surge de acordo com a necessidade de políticas públicas que deem prioridade a Educação por meio das pedagogias destinadas os camponeses. As discussões sobre a temática da Educação do/no Campo, necessita de novas políticas publicas que realmente assegurem o direito dos camponeses para que possamos arquitetar uma sociedade justa com direitos iguais, mas, com metodologias diversificadas em diversas áreas da educação do campo.

Perante todas as dificuldades que a Educação no Campo encara, entendemos que o desafio é grande e os estudos nesta área nos mostram que uma educação bem elaborada pelas políticas públicas, conhecendo a realidade camponesa, para atender os anseios dos camponeses por uma educação do campo de qualidade tanto no meio social, quanto no econômico e cultural das comunidades rurais.

De acordo com CALDART. (2002. p.12) diz que:

Trabalhar com os processos de percepção e de formação de identidades, no duplo sentido de ajudar a construir a visão que a pessoa tem de si mesma (autoconsciência de quem é e com o que ou com quem se identifica), e de trabalhar os vínculos das pessoas com identidades coletivas, sociais: identidade de camponês, de trabalhador, de membro de uma comunidade, de participante de um movimento social, identidade de gênero, de cultura, de povo, de Nação (CALDART. 2002. p.12)

Segundo a autora, Educação do Campo, a educação escolar ajuda a erguer recuperar valores, dando evidência na identidade cultural de cada individuo ajudando a conservar a sua essência camponesa. Deste modo, vale resaltar que a elaboração desta pesquisa vai contribuir com o nosso enriquecimento cultural sobre o tema, quanto futuros educadores formadores de

opiniões, vai ser possível elaborarmos novas metodologias para serem aplicadas em sala de aulas se alguns dias estiverem pautados nos grupos de educadores transformadores no que diz respeito à educação do campo, ou seja, quando falamos em educação do campo, no sentido de um conhecimento aprofundado sobre o tema educação do/no campo.

Ela também vai contribuir para auxiliar no tema educação do/no campo, como forma de referência, podendo ser encontrada nos acervos da biblioteca da UFPA, para consultas bibliográficas por novos pesquisadores, averigua se que embora os problemas, das desarmonias de interesses as agitações sociais, dos camponeses, as lutas por uma educação distinta, é possível destacarmos a vitória pela capacitação de docente para uma educação direcionada ao campo, a edificação de uma nova concepção pedagógica, e na construção de escolas do campo em várias comunidades rurais, dando melhores condições de aprendizagem na educação do/no campo.

Com base no estudado destacamos a necessidade de que novas pesquisas sobre o tema educação do/no campo sejam desenvolvidas por futuros educadores que estejam começando a trilhar os caminhos acadêmicos da pedagogia, para que o tema seja cada vez mais abordado e com isso haja um reflexão por parte de todos sobre as reais necessidades dos camponeses em aprofundarem seus conhecimentos em escolas no campo sem que os mesmos tenham que se deslocarem para os grandes centros urbanos em busca de uma educação de qualidade, sendo que com mais empenho dos governantes é possível sim no campo existirem escolas e uma educação de boa qualidade para os camponeses que residem e trabalham nos campos do nosso Brasil.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel Gonzáles; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagana. (Orgs.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2004.

_____. A escola do campo em movimento. In.: ARROYO, Miguel Gonzáles; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagana. (Orgs.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2004.

BRASIL. Constituição Federal do Brasil de 1988.

BUTH, Fernanda. **O ensino/aprendizagem de Geografia no contexto da educação popular: a experiência em escolas itinerantes de acampamentos do MST/RS**. 2003.

CALDART, Roseli Salete. **A escola do campo em movimento**. Porto Alegre: 2000.

CALDART, Roseli. **Pedagogia do Movimento Sem terra: do acampamento às escolas**. Boletim da Educação MST. Porto Alegre. 2001.

COSTA, Glauber Barros Alves. **Um estudo sobre a relação teórica e prática na formação do professor de geografia**. Anais do IV Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade. São Cristóvão. SE: EDUFS. 2010.

CALDART, Roseli Salete. **Elementos para a construção de um projeto político e pedagógico da Educação do Campo**. In: Molina, Monica C.; JESUS, Sonia Meire A. de. (orgs) **contribuições para a construção de um projeto político e pedagógico Da Educação do Campo**. Brasília: DF, 2004.

CALDART, Roseli Salete. **Caminhos para a transformação da Escola: reflexões desde práticas da licenciatura em Educação do Campo**. Expressão Popular. Cadernos do Iterra, ano X, nº 15, 2010.

CUNHA, Maria Isabel da. **O Bom Professor e sua Prática**. 10. ed. Campinas, SP: Papirus, 2000.

DAMASCENO, Maria Nobre. **A construção do saber social pelo camponês na sua prática produtiva e política**. In. DAMASCENO, Maria Nobre; THERRIEN, Jacques. Educação e escola no campo. São Paulo. Papirus. 1993. p. 53-73.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da liberdade**. 23ª ed. São Paulo: Paz e terra, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação; Cartas Pedagógicas e Outros Escritos**. Apresentação de Ana Maria Araújo Freire. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessário para à pratica educativa**. 12.ed. São Paulo. Paz e Terra. 1999.

FUNDEP. **Coragem de Educar - uma proposta de educação popular para o meio rural**. Petrópolis: Vozes, 1994.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Editora Fundação Petrópolis, 2000.

GADOTTI, Moacir, 1995. **Pedagogia da práxis**. São Paulo: Cortez.

JESUS, José Novaes de. **A Escola Família Agrícola: Contribuições para a agricultura familiar no município de Goiás ?** 2004, 173 fls. Monografia (licenciatura em Geografia) Universidade Estadual de Goiás, Cidade de Goiás, 2004.

KAERCHER, Nestor André. **Ler e Escrever a Geografia para dizer a sua palavra e construir seu espaço.** In: SCHAFFER, Neiva Otero et al (org.). **Ensinar e Aprender Geografia.** Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Porto Alegre, 1998, p.11-21.

KOLLING, Edgar Jorge; Ir. Nery, MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma educação básica do campo.** Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 1999.

(Monografia) - **Monografia de Especialização** - Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria. 2003.

PIRES, Ângela Monteiro. **Educação do campo como direito humano.** São Paulo. Cortez, 2012

ROSA, Daniela Souza da; CAETANO, Maria Raquel. **Da educação rural à educação do campo: uma trajetória.** Seus desafios e suas perspectivas de 2008.

SCHELLING, Vivian. **A presença do povo na cultura brasileira.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1991.

<https://www.webartigos.com/artigos/educacao-do-campo-problemas-desafios-e-perspectivas/63665/#ixzz59dHK37pQ>

Acesso em: 26/02/2018

<https://pt.slideshare.net/JairoBonfim/os-movimentos-sociais-e-a-educacao-no-campo>

Acesso em: 15/03/2018.

<http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completo/Carla%20Cristiane%20Nunes.df>

Acesso em: 15/03/2018

<https://www.webartigos.com/artigos/educacao-do-campo-problemas-desafios-e-perspectivas/63665/#ixzz58nhS8tZn>

Acesso em: 16/03/2018

<http://enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/29/f1300concepo-de-campo-e-de-educacao-do-campo.pdf>

Acesso em: 16/03/2018

<http://educacaointegral.org.br/glossario/educacao-no-campo>.

Acesso em: 117/03/2018

8 ANEXOS E/OU APÊNDICES

A pesquisa bibliografica não possui participantes e nem ambiente, a revisao é com os autores e com os artigos, as dissertações e teses.